

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CAMILA RODRIGUES MILFONT

**ASPECTOS SUBJETIVOS DA MATERNIDADE: O MITO DO AMOR
MATERNO.**

Juazeiro do Norte-CE
2019

CAMILA RODRIGUES MILFONT

**ASPECTOS SUBJETIVOS DA MATERNIDADE: O MITO DO AMOR
MATERNO.**

Trabalho de Conclusão de Curso – *Artigo Científico*, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio - Unileão, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharelado em Psicologia.

Orientador: Prof Francisco Francinete Leite Junior

Juazeiro do Norte-CE
2019

CAMILA RODRIGUES MILFONT

**ASPECTOS SUBJETIVOS DA MATERNIDADE: O MITO DO AMOR
MATERNO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Psicologia do
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como
requisito para obtenção do grau de
Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^a
Orientador (a)

Prof^a.
Avaliador (a)

Prof.
Avaliador (a)

ASPECTOS SUBJETIVOS DA MATERNIDADE: O MITO DO AMOR MATERNO.

Camila Rodrigues Milfont¹
Francisco Francinete Leite Junior²

RESUMO

O presente artigo apresenta uma revisão bibliográfica que visa analisar o contexto do amor materno e o mito de sua existência inata, apresentando as mudanças e a relação social com o papel materno na forma de um estudo bibliográfico, qualitativo e exploratório. Muitos ainda são os mitos que cercam as mulheres em seu aspecto materno, enquanto a questão da posição em que as mulheres irão ocupar como uma figura materna, onde nem todas as mulheres têm o sonho de ser mãe, nem todas as mulheres sabem lidar com essa nova condição de vida. Este trabalho busca relacionar as transformações da subjetividade e identidade da mulher-mãe ao processo de maternidade, a partir dos trabalhos disponíveis no Google Acadêmico, Scielo, monografias, periódicos eletrônicos, artigos científicos e livros. A metodologia foi aplicada com sucesso, buscando analisar e compreender a maternidade e os aspectos subjetivos envolvidos, bem como promover um novo olhar sobre as mulheres em sua condição feminina e sua representação na sociedade sobre ser mulher e mãe. A partir das informações coletadas, verificou-se que não é possível afirmar que o amor materno, vinculado à relação mãe e filho, não necessariamente existe, mas sim que o ambiente e o contexto em que a mulher vivencia esse processo podem influenciar a escolha e na experiência de uma possível gravidez. Assim, o amor existente nesse processo não pode ser considerado inato, mas sim como uma relação sentimental que pode ser adquirida ao longo da história de vida de cada mulher.

Palavras-chave: maternidade, relação-mãe bebê, amor materno, mito do amor materno e psicologia.

ABSTRACT

This article a bibliographical review that aims to analyze the context of maternal love and the myth of its innate existence, presenting the changes and the social relation with the maternal role in the form of a bibliographic, qualitative and exploratory study. Many are still the myths surrounding women in their maternal aspect, while the question of the position in which women will occupy as a mother figure, where not all women have the dream of being a mother, not all women know how to deal with this new condition of life. This work seeks to relate the transformations of the subjectivity and identity of the mother woman to the process of motherhood, from the works available in Google Academic, Scielo, monographs, electronic journals, scientific articles and books. The methodology was applied successfully, seeking to analyze and understand the maternity and the subjective aspects involved, as well as to promote a new look at women in their feminine condition and their representation in society about being a woman and a mother. From the information collected, it was verified that it is not possible to affirm that maternal love, linked to mother and child relationship, does not necessarily exist, but rather that the environment and the context in which the woman experiences this process can influence the choice and in the experience of a possible

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: camilamilfont95@hotmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: francinetejunior@leaosampaio.edu.br

pregnancy. Thus, the love existing in this process can not be considered innate but rather as a sentimental relationship that can be acquired throughout the life history of each woman.

Keywords: history of motherhood, mother-baby relationship, love, maternal love and maternal love myth.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de um estudo sobre o mito do amor no processo de maternidade, envolvendo sua construção histórica e as implicações subjetivas. Assim, é importante salientar o quanto a mulher frente à maternidade pode sofrer nos seus aspectos psíquicos, interferindo dessa forma em seu contexto psicossocial. Muitos ainda são os mitos que rodeiam a mulher em seu aspecto maternal, ou seja, aspectos naturais da mulher enquanto mãe. Historicamente, a figura feminina nos seus primórdios era vista como função de esposa e mãe, tal papel foi se desconstruindo e desenvolvendo-se ao longo dos tempos. Assim a maternidade passou a ser algo de importância maior, pois passou-se a ver a mulher em sua totalidade, com isso a própria construção social começa a designar poder, oferecendo-as direitos, principalmente quando o assunto é o seu corpo e a sua liberdade sexual, o que muitas vezes era imposta pela sociedade apenas como o seu determinismo biológico.

O mito do amor materno, segundo Badinter (1985) cerca a figura feminina, pois, está tão enraizado o estigma que toda mulher deve ser mãe e que a partir do momento em que ela opta por não ocupar esse novo lugar pode causar certa estranheza, assim é interessante que seja trabalhado com a sociedade a relevância que a temática sobre esse amor materno tem nas diferentes perspectivas de vida, trabalhando o contexto social diretamente na vida dessas mulheres que são mães, as que ainda pensam em ser e até mesmo as que não são e não querem ser. Mito de modo geral, significa uma forma de explicar fatos da realidade e fenômenos da natureza que não se consegue explicar cientificamente, em relação ao mito do amor materno, esse termo tem como função desassociar a manifestação do amor a maternidade de forma forte e inata.

Muitas mulheres acabam sendo mães dentro do contexto acadêmico, isso acaba de certa forma interferindo nos planos já traçados por esta, podendo alterar a forma de pensar, de agir, e de se envolver no contexto em que está inserida, pois ela passa a ter uma responsabilidade a mais, por isso é importante compreender a vivência dessas mulheres e as alterações em suas vidas enquanto mães dentro do meio acadêmico.

Para a pesquisadora em questão, trabalhar o mito do amor materno vai além do sentimento de ser mulher e mãe, instiga a perspectiva de fazer parte de uma nova vida, de

mudar conceitos e rotinas para se encaixar na condição da maternidade. É interessante todo o contexto que se volta para essa temática, pois ajuda em uma melhor compreensão da mulher em relação a esse novo amor.

A problemática que gira em torno da temática trabalhada é envolta da questão da posição em que a mulher ocupará enquanto mãe, onde nem todas as mulheres têm o sonho da maternidade e onde nem todas as mulheres sabem lidar com essa nova condição de vida. Até que ponto a mulher deve mudar conceitos e rotinas para se encaixar na condição de ser mãe para assim, ser compreendida em sua totalidade subjetiva frente ao papel materno?

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o contexto do amor materno e o mito de sua existência inata, apresentando as mudanças e a relação social frente ao papel materno. Para trabalhar essa temática com mais eficácia, foram-se traçados alguns objetivos específicos que servem como apoio para discutir com mais prioridade a temática do mito do amor materno, sendo eles, destacar como os aspectos emocionais de uma mulher frente a maternidade são vivenciados em seu contexto pessoal e social, ter uma maior clareza sobre as ansiedades que rodeiam a maternidade em suas subjetividades, enfocando ainda as formas preventivas para o enfrentamento do mito do amor materno e do papel da maternidade.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Metodologia tem como maior propósito, segundo Severino (2017), comprovar a validade da construção sobre um conhecimento e a utilidade que a sociedade pode adquirir nos diversos âmbitos. Ainda segundo o autor, examina, descreve e avalia pesquisas já realizadas para se tornar mais um método de pesquisa de informações. A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade.

Assim, a metodologia utilizada nesse trabalho é de pesquisa bibliográfica, ao qual exigiu uma investigação como o primeiro passo para a construção deste. Tem como proposta explicar teorias já publicadas, conhecendo as contribuições culturais ou científicas de trabalhos existentes sobre uma determinada temática, assunto ou problema (SEVERINO, 2017).

Contendo uma seleção de material já publicados para contribuir ao conhecimento do tema e abordagem da problemática em discussão. De início foi possível focar na exploração das leituras para haver uma maior compreensão sobre o assunto, podendo selecionar os

materiais utilizados com a finalidade de levar mais informações, tendo como banco de dados o google acadêmico, Scientific Eletronic Library Online (SciELO), monografias, revistas eletrônicas de psicologia, artigos científicos, tendo ainda uma ênfase maior no livro online, cujo tem como titulação: Um amor conquistado: o mito do amor materno de Elisabeth Badinter. Utilizando-se das palavras chaves: amor materno, mito do amor materno, relação mãe-bebê, história, maternidade e psicologia.

Os trabalhos acadêmicos e livros utilizados foram analisados de acordo com o que buscou-se esclarecer e conhecer de forma mais detalhada acerca das questões que envolvem o mito do amor materno, bem como o alcance dos objetivos propostos. Assim foram utilizados artigos que abordavam em seus escritos sobre aspectos envolvidos no processo da maternidade, trazendo suas implicações, significados, evolução histórica, que vieram a culminar no que se conhece atualmente como o mito que atravessa gerações. Escritos que abordavam sobre a evolução histórica da família, e do papel da mulher como mãe nesta, também foram contemplados, assim como artigos e livros que explanavam acerca do amor, para compreender mais a respeito do conceito de amor materno e do mito que envolve este.

O enfoque deste trabalho é de caráter qualitativo com o objetivo de obter uma maior compreensão dos dados que segundo Minayo (2011), não se voltam para resultados ou representações numéricas e sim em uma maior compreensão da realidade, para significados das crenças e valores. Sendo do tipo descritiva, tratando da temática da perspectiva diante do mito do amor materno, podendo descartar aqueles que nada tinha a contribuir sobre o assunto.

3 MATERNIDADE E O SEU CONTEXTO CULTURAL

O assunto maternidade e o papel da mulher sempre estão acompanhados de estereótipos voltados ao sexo feminino, onde muitas vezes não são vistas como o seu real papel na sociedade, um ser dotado de direitos, sendo apenas concebida de deveres ou de servirem quando o assunto está na procriação. Desde o século XIX o papel da mulher na sociedade machista e capitalista, era cuidar da casa, do marido e dos filhos, sendo recatada e devendo se calar frente a sociedade machista, religiosa e intolerante, que a via muitas vezes somente como um corpo responsável exclusivamente para a reprodução, sendo algo enraizado simbolicamente. Assim, as mudanças no papel feminino têm contraposições a cultura (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2012).

Ao observar a evolução do papel da mulher na sociedade e suas atitudes frente a maternidade, pode-se afirmar que o amor para-com seus filhos podem ou não se

manifestarem, ou seja, o amor na relação mãe-bebê pode ou não surgir. Vista muitas vezes, como portadora de um instinto natural em sua existência feminina, o amor materno pode sim ser visto como um mito, como algo inexistente por algumas mulheres. Badinter (1985) afirmava ainda, que a relação que uma mulher pode ter ou não com seu filho muitas vezes pode se associar com a sua relação dentro de sua família, do apoio e da aceitação que essa mulher recebe antes, durante ou depois da gravidez.

Desde os modelos de sociedades mais antigas, o papel da mulher vem sendo ditado pela sociedade de forma avassaladora, as mulheres tinham que ser mães e amá-los incondicionalmente. Condição submissa que colocava as mulheres em situações de pouco ou nenhum poder sobre seu corpo e pensamentos (TOURINHO, 2006).

Tendo ainda como obrigação dentro desse papel, ser uma boa mãe capaz de sacrifícios, de sempre oferecer afeto e amor a esse filho, sendo um modelo de mãe perfeita, papel este, construído pela sociedade ao longo dos anos. Porém, pode acontecer de uma mãe não experimentar esses sentimentos na sua gestação, no nascimento ou na criação do seu filho, podendo ocorrer incontroláveis sentimentos contraditórios àqueles que a cultura impõe, e assim a mulher se vê frente ao ideal e o vivenciado por ela (AZEVEDO; ARRAIS 2006).

Ainda segundo os autores, uma das maiores mudanças para o papel feminino, começou na inserção da mulher no mercado de trabalho, onde a mesma não estava mais disponível em tempo integral a atividades domésticas e a criação dos filhos, o que fez ocorrer um declínio no sistema patriarcal e da hegemonia masculinas. Mas mesmo com isso, a mulher não deixou de ser papel fundamental na construção da família. Assim, pode-se entender que a mulher tem uma maior importância frente ao seu empoderamento, onde passa a existir uma mulher na sociedade que tem desejos, expectativas, informações e outras alternativas para se realizarem como tal frente a evolução dos seus direitos enquanto mulher, o que se percebe é que ainda existe uma sociedade que muitas vezes cobra o modelo de mãe idealizada.

Banditer (1985) traz que no século XVIII, com a alta taxa de mortalidade infantil, era comum as mulheres não amarem seus filhos, pois muitas vezes não passavam de um ano de vida, assim os pais deveriam se poupar de um apego que podia não durar por muito tempo. Com esse tipo de explicação não há como julgar a forma como as mães reagiam frente a maternidade naquela época. Dessa forma, não se quer dizer que o amor materno não existisse, mas traz que o contexto a qual se está inserido pode influenciar e muito a forma de como vai se viver essa maternidade e esse amor.

Um dos lugares que se podia ver a indiferença da mulher com seu filho era na França, em meados dos séculos XVIII, onde as guerras civis lhes proporcionaram um maior

referencial de oportunidades, de guerilhar ao lado de seus maridos, priorizando os bens materiais e o nome da família. Para isso eram servidas de suas amas que alimentavam seus filhos ao nascer e cuidar deles até chegarem aos oito anos de idade, por isso, eram chamadas amas de leite. Por outro lado, existiam as mulheres artesãs, que se empenhavam exclusivamente as atividades da casa e dos filhos, dedicando-se inteiramente aos seus maridos, e que eram vistas como amorosas e dedicadas (MOURA, 2004).

Segundo Winnicott (1993), no momento em que a sociedade passou a se organizar como família e ver a afetividade, o romantismo e a delicadeza como algo natural das mulheres, o amor foi aparecendo entre mães e filhos, pois as mulheres eram encarregadas, enquanto seu lugar no núcleo familiar, de conduzir seus filhos durante a infância até a fase adulta. Através da organização da família moderna surge uma preocupação social maior com as crianças, o que fez com que o núcleo familiar voltasse um olhar maior para as relações entre pais e filhos.

No século XIX, após essas organizações familiares, foi possível que as mães tivessem mais tempo com seus filhos. De forma que, através do interesse social para a economia as crianças deveriam ser preparadas educativamente para um futuro mercado de trabalho, assim os filhos passaram a receber mais atenção da mãe e a ter seu alimento materno dado por elas, pertencendo a uma família amorosa (MOURA, 2004).

Ainda segundo o autor, de acordo com essa função as mães passaram a ter o contato direto com seus filhos, sendo responsáveis pela educação e pelo desenvolvimento das crianças, dessa forma, foi-se iniciando uma pressão acerca das mulheres de serem mães para haver uma organização familiar na sociedade. Essa função materna passou a ser transmitida de gerações para gerações, surgindo então o mito do instinto materno e conseqüentemente do amor na relação mãe e filho.

Por outro lado, no final do século XIX, essa concepção de mãe dedicada e sujeita apenas as atividades do lar começa a caminhar mais pra frente juntamente com a revolução industrial, assim, as mulheres começam a ser essenciais no mercado de trabalho e no desenvolvimento capitalista. Em seguida, na metade do século XX as mulheres mostram ainda mais a sua imposição, o movimento feminista começa a surgir, e com ele há uma reflexão a respeito de ter ou não filhos, ser ou não ser mãe, tanto pelo contexto econômico, social e cultural do momento. (MOREIRA, 2009).

Correia (2014) traz que a mulher passa a se ver como dotada de direitos, onde pode escolher as prioridades de sua vida e de seu corpo. As mulheres começam então a ter outras prioridades, ter sua independência e o poder de escolha. Não que todas as mulheres não

queiram engravidar, mas sim, que elas podem escolher quando serem mães, sem necessitar de uma pressão social, uma vez que o amor de mãe não deve ser considerado inato, e sim, encarado como um sentimento que pode ser adquirido ao longo da história de vida de cada mulher.

Com esse poder de escolha a mulher vem se empoderando cada vez mais mostrando uma realidade sobre a maternidade diferenciada da pós-guerra, onde a sociedade via a mulher como única defensora e responsável pela família. A mulher vem sendo mais vista como sujeito, dona do seu corpo e de suas escolhas, deixando de lado a maternidade como um determinismo biológico da mulher, se tornando uma escolha. Assim a maternidade como escolha teve marco importante quando as TR, contraceptivos e conceptivos, estabeleceram esse poder sobre a mulher para que a gestação não se tornasse algo natural e inevitável. (SCAVONE, 2001).

A dominação simbólica do ventre da mulher materializa a ideologia patriarcal, verificando-se que as mulheres aprendem que seu corpo é essencialmente voltado a procriação e que seus cuidados devem ser dirigidos apenas aos filhos e ao companheiro. Assim, Grisci (2005, p. 12) diz: “ser mulher está biológica e socialmente tão relacionado ao ser-mãe, que se caracteriza quase uma heresia pensar a mulher-mãe como binômio de uma construção”.

Portanto, de modo sociocultural, os papéis destinados ao gênero feminino se referem ao cuidado à família e a reclusão ao espaço doméstico. A partir das reivindicações realizadas pelos movimentos sociais feministas, há um questionamento sobre a imposição e cristalização desses papéis sociais, do processo de dominação dos corpos femininos para a serventia ao gênero masculino. Nesse processo, visualiza-se que novas maneiras de ser mulher estão se concretizando, lutando-se também por novas configurações familiares para além da heteronormatividade (LOURO, 2013).

4 MATERNIDADE X MATERNAGEM

Há cada vez mais importância do âmbito familiar no desenvolvimento da sociedade, ocasionando o repouso do foco de atenção do Estado e dos valores sociais. O período da infância passou a ter novas perspectivas em torno de sua representação, o que levou a dispor de maiores investimentos, principalmente relacionados a educação e saúde. Concomitante a isto, o papel materno também tem seu valor modificado, atribuindo a mulher ao lugar, em esferas familiar e social, a exercer suas funções de mãe. Assim, a instituição da figura materna

foi se instaurando enquanto assumia o papel de cuidado na relação com os filhos (MOURA; ARAÚJO, 2004).

Com o passar dos tempos, valores individualizantes levaram a desmembrar os grupos sociais reduzindo as experiências afetivas ao núcleo familiar pai-mãe-filhos. Concomitante a isto, um número cada vez maior de especialistas se torna responsáveis pelo cuidado da população e indivíduos. Tendo em vista isto, profissionais se tornaram detentores do poder de definir as diretrizes para um funcionamento efetivo da sociedade e da vida. Assim, a família passou a ser cada vez mais dependente dos modelos propostos pelos especialistas (MOURA; ARAÚJO, 2005).

Porém, apenas com a chegada da modernidade, constituindo a família nuclear e com a valorização infantil, a função de mãe cuidadora irrompe. Houve uma redução da mulher à figura de mãe decorrente das diretrizes formuladas a partir medicina e do poder médico. Ou seja, as mulheres que não cumprem suas funções de seu papel primordial social são desvalorizadas ou enquadradas patologicamente (MOURA; ARAÚJO, 2005).

No entanto, na contemporaneidade, este quadro vem se transformando e o significativo maternidade/feminilidade aparentemente está se dissociando. Modelos novos de família emergem questionando sobre fenômenos como a derrocada da função paterna e o lugar novo que o feminino está ocupando (ROUDINESCO, 2003).

Além do cuidado com os filhos, para Moura e Araújo (2005) era atribuído as mães a organização e transmissão de costumes higiênicos em seus grupos. Com o decorrer do tempo, notou-se que, para um o desenvolvimento infantil saudável, era imprescindível as relações afetivas do contexto familiar. Assim, o amor materno recebe ênfase, sendo visto como natural. Deste modo, o oposto seria desnaturalizado e motivo de preocupação social, necessitando cuidados especiais.

Porém, apesar de, costumeiramente, a maternidade e a maternagem serem vistas por um viés meramente biológico e afetivo estabelecidos entre mãe e filho, este olhar vem mudando com os adventos tecnológicos e novas configurações familiares, devido a novas formas reprodutivas e novas formas de configurações familiares. Estas contestam o ônus biológico e os papéis de gênero nos cuidados com os filhos. As reflexões que surgem decorrente destes questionamentos acerca da construção social ao longo do tempo acerca da maternidade e da maternagem tem o poder de favorecer novas discussões sobre as demandas que se apresentam nas novas configurações familiares (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014)

Segundo os mesmos é notável, por via de regra, a possibilidade de o desejo pela maternidade existir antes mesmo de ter um corpo grávido, por meio das brincadeiras de boneca na fase infantil. Porém, é no momento que o filho está dentro de seu corpo, durante a gravidez, que o sentimento de mãe se torna mais intenso (LO BIANCO, 1985).

No entanto, Gradvohl, Osis e Makuch (2014) explicam que, se por um lado a maternidade é, por tradição, atravessada pelo fator relacional consanguíneo entre mãe e filho, a maternagem é permeada pelo vínculo afetivo relacionado ao cuidado e acolhimento ao filho por uma mãe.

No início do século XX, os movimentos sociais feministas realizaram críticas e questionamentos no que concerne as normas sociais impostas a mulher, também investindo sobre métodos contraceptivos gratuitos e a descriminalização do aborto, pautando-se no argumento de liberdade de escolha sobre a maternidade. Dessa forma, fomentando um solo fértil para questionamentos no que concerne a imposição social da maternidade e da maternagem como atividades estritamente vinculadas as mulheres, em contraposição a lógica de instinto materno (SCAVONE, 2001).

Nesse seguimento, destaca-se que os avanços da medicina reprodutiva proporcionaram novos modos de procriação, modificando também as questões que tangem a maternidade. As tecnologias reprodutivas inauguram uma maternidade que ultrapassa o determinismo biológico, rompendo com a crença universal de que a mãe seria necessariamente a mulher que concebe a criança. Esse fenômeno inaugura o conceito de família artificial, com integrantes da família que se diferenciam entre mãe biológica (doadora de óvulos ou a mulher que empresta o útero) e o pai biológico/paternidade genética (doador de espermatozoides). Da mesma forma, estabelecendo-se os conceitos de mães e pais sociais, caracterizando as pessoas que exercem a atividade de maternagem com a criança (POZZI, 2009).

Diante do exposto, Gradvohl, Osis e Makuch (2014) discutem há uma modificação histórica no que se refere aos cuidados dados à prole, uma vez que os papéis sociais de homens e mulheres se modificaram de modo sociocultural. Atualmente, a maternagem não é mais exercida unicamente pela mulher, mas pode ser dividida com outras pessoas ou instituições sociais, uma vez dada a inserção da mulher no mercado de trabalho. Assim, sendo relevante perceber que às mudanças sociais no que se referem a novos modos de conceber a maternidade e a maternagem, também provocam novas configurações nos sistemas familiares, concebendo a pluralidade de configurações para a formação de famílias.

Assim, tendo em vista tudo que dissemos até aqui, até antes da metade do século 20, a única função valorizada socialmente que cabia a mulher era a maternidade. Na segunda

metade do século, a transformação que dispõe da entrada da mulher no universo profissional, as vitórias que emergem no poder de decidir ter, não ter ou quanto ter, através de métodos anticoncepcionais, a possibilidade de divorciar-se e estabelecer novos relacionamentos amorosos, ampliaram os sentidos que trouxeram uma mudança na participação e inscrição social (GRANT, 2001).

No entanto, mesmo com essas transformações que abrem certo espaço para a mulher, nota-se ainda dificuldades nas condições dos papéis exercidos:

a dinâmica pós-moderna da emancipação feminina não significa homogeneização dos papéis dos dois gêneros, mas persistência do papel prioritário da mulher na esfera doméstica, combinado com as novas exigências de autonomia individual (LIPOVESTSKY, 2000, p. 289).

Assim, uma corrente que vai na direção oposta aos direitos das mulheres ainda é percebida de diversas maneiras. No entanto, como resistência quanto ao congelamento na maternidade e a figura de autoridade que recai sobre o homem, Simone de Beauvoir lança o livro *O segundo Sexo* em 1949, que relata sobre a maternidade o papel feminino, e expõe que “[...] Não existe “instinto” materno: a palavra não se aplica em nenhum caso à espécie humana. A atitude da mãe é definida pelo conjunto de uma situação e pela maneira porque a assume. É como se acaba de ver, extremamente variável” (BEAUVOIR, 1980, p. 277-278).

5 O AMOR

De acordo com Russo (2011), o amor é um sentimento entendido como algo essencial ao estabelecimento e mantimento das relações humanas, pois sua existência implica em mudanças de atitudes e vivências dos seres humanos em suas relações. Por ser algo que dispensa explicações e justificativas, é visto como uma força, um bem que ampara a existência humana. Assim para a humanidade, o amor é como uma chave que a liberta de situações e sentimentos temidos que cercam os sujeitos e sua existência, como o isolamento, por se tratar de um sentimento que une e sensibiliza as pessoas, facilitando a vivência e sobrevivência em sociedade, considerando que as relações, muitas vezes são permeadas por sentimentos hostis, o amor desempenha a função de harmonizar as relações e estabelecimento dos vínculos.

Hernandez e Oliveira (2003), apontam que o amor, nos diferentes tipos de relações nas quais possa surgir, afastando o isolamento permite que as pessoas se aproximem, gerando a necessidade de cuidar e preservar os sujeitos amados. Dessa forma o amor implica em cuidado, em querer que o outro fique bem, levando-os a agir para proporcionar o bem e o

cuidado ao ser ou seres amados. Tal fato pode ser apontado como causador de dependência, no sentido de que as pessoas envolvidas na relação permeada pelo amor tendem a estarem mais envolvidas e conectadas.

Nasio (1997), em sua obra “O livro da dor e do amor”, aborda o amor ao falar de dor. No sentido de que o amor, é como uma forma de proteção contra a dor e sofrimento. Pois, os seres humanos veem no sentimento em questão uma forma de esquivar-se do sofrimento, a partir do momento em que se sentem amparados pelo afeto do outro. No entanto, se em uma relação em que um dos envolvidos espera que haja amor, e há ao contrário a falta dele, o sujeito que espera o sentimento do outro e não recebe, sofre bem mais, por isso o autor aponta o amor como uma fonte de sofrimento. Sofrimento este que advém principalmente da ideia de que amando e sendo amado alcança-se a felicidade, tão almejada. O mesmo, apontando o amor como um sentimento que existe através da relação que se estabelece com outro sujeito, traz a noção da pessoa amada, definindo quem seria o sujeito ao qual se dirigiria esse sentimento, e quais características teria ele.

Desta forma o mesmo autor, aponta que o ser amado é alguém que corresponde a uma mistura entre dois compostos, que seria uma pessoa em sua forma concreta e outra que existe em nós antes mesmo de haver outro sujeito, trata-se da parte que há em cada um, no que Freud denominou de inconsciente. Entre o amado concreto e o que há no inconsciente há discrepância. No entanto a pessoa a qual se dirige o amor, passa por um processo de transformação e incorporação para que seja para o sujeito que se ama o seu objeto de amor ideal, até que faça parte de si mesmo. Tal processo resulta na fantasia, a fantasia do eleito, denominado dessa forma devido ao fato de que a pessoa que ama dirige sua atenção as características do ser amado que lhe atrai (NASIO, 1997).

Bauman (2004), é outro autor que contribui significativamente para a definição de amor, trazendo em sua obra intitulada “Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos”, aspectos a cerca deste sentimento, falando do amor a partir de outras definições e de outros sentimentos experienciados pela sociedade atual. Faz uma analogia do amor comparando-o a morte, inicialmente, e em outro momento ao desejo, apontando as discrepâncias entre o amor e este último. Nesta perspectiva sempre enfoca a sociedade, suas relações e o consumismo, bem como estas tem modificado as formas de definir e vivenciar o amor. Assim o amor assemelha-se a morte no sentido de que ambos apresentam uma forma singular de se apresentar e surgir na vida dos sujeitos, de acordo com a sua experiência. São eventos imprevisíveis que acontecem de forma inesperada, causando impactos também diferentes a cada ser. Na perspectiva do desejo o amor diferencia-se por ser um sentimento que implica

em direcionar e oferecer cuidado a um outro, é um colocar-se a disposição do que ou de quem se ama, o desejo está ligado ao consumir e a acabar por completo com o objeto em questão. O amor anseia a criação, inovação das coisas (BAUMAN, 2004).

Os autores Shiramizu e Lopes (2013) abordam a perspectiva do amor considerando-o como um fenômeno que envolve os diversos componentes que fazem parte da vida de um sujeito e que circundam o seu mundo. Apontando os sentimentos, pensamentos e comportamentos como facilitadores de interação entre os sujeitos, que permite a vinculação e estabelecimento de relacionados permeados, ou não pelo amor.

Para outros autores como Beal e Sternberg (1995) apud Shiramizu e Lopes (2013), o amor é um sentimento construído com base na relação social e cultural dos sujeitos, considerando principalmente esta última, que varia de acordo com o ambiente no qual o sujeito está inserido. Dessa forma para estes autores cada cultura e sociedade vivenciam o amor de modo diferente em concordância com suas experiências.

Freud escreveu sobre o amor e atribuiu a ele um papel importante no processo de interação e vinculação com os outros sujeitos, assim este sentimento emerge quando o sujeito busca reciprocamente satisfazer-se, recebendo ou dando proteção e estima (FERRARI, 2009).

Mediante os conceitos de amor, pode-se defini-lo como algo essencial e gerador de vínculos que garante a sobrevivência, principalmente se pensarmos no amor na maternidade. Atualmente sempre que pensamos na maternidade, a associamos a algo permeado por ternura e amor, abominando situações em que tais sentimentos não estejam presentes. Isso ocorre principalmente devido nossa cultura. No entanto, ao nos depararmos com outros momentos da história da humanidade vemos que nem sempre o amor e a maternidade estiveram ligados como estão atualmente (RESENDE, 2017).

Assim Moreira (2009), afirma que a concepção de maternidade é construída baseada no que os indivíduos vivenciam em cada época, ou seja, o contexto histórico, o que se defende e discute em cada época. De forma que a construção do ser mãe é baseada em todos os aspectos que envolvem determinada época, não somente os seus aspectos sociais, mas também, culturais, políticos e econômicos.

Dessa forma Badinter (1985), corrobora com tal concepção ao destacar também que o amor materno na sociedade tem sua base na construção histórica que acompanha, principalmente a evolução das conquistas femininas, dentre os outros processos que envolvem os indivíduos como um todo. De forma que a autora destaca entre outros fatores, o fato de que antigamente as condições de saúde eram precárias, assim como não havia métodos contraceptivos, muitas crianças nasciam e morriam precocemente.

Assim, amor e maternidade nem sempre caminharam juntos. Os filhos recém-nascidos eram cuidados por terceiros e não diretamente pela mãe biológica, o que dificultava ou adiava o contato entre mãe e filho. A amamentação era uma ação praticada por amas de leite, sendo comum os filhos passarem a maior parte de sua criação longe dos pais, pois a sociedade pregava que este contato entre mãe e filho, que hoje é visto como essencial e fundamental, assim que ocorre o nascimento do bebê, era visto até mesmo como algo abominável. Ainda há o fato de que muitas vezes os filhos eram encaminhados a internatos e conventos após os oito anos de idade (BADINTER, 1985).

Bauman (2004) contribui nesse cenário trazendo sua visão acerca de como a reprodução é vista e entendida atualmente, apontando a forma de como era vista na sociedade antigamente. Aborda o que significava a reprodução, o ter filhos em outros tempos e o tê-los hoje em dia, em decorrência de todas as transformações sofridas pela sociedade ao longo dos anos, que veio a transformar o modo de pensar e de viver dos indivíduos.

Considera-se nesse âmbito a composição e a forma de subsistência das famílias, que era garantida pelo trabalho dos sujeitos que a compunham. De forma que o esforço físico e quantidade de pessoas era essencial, se considerarmos a prática da agricultura ou oficinas. Os filhos neste sentido eram investimentos, uma forma de aumentar a produção e conseqüentemente a renda. A reprodução significava que os indivíduos sempre deixavam ao morrerem sua extensão, uma forma de legado e garantia da continuidade (BAUMAN, 2004).

Dessa forma, o mesmo, aponta que na sociedade moderna mudou-se a forma de sustento e a configuração das famílias, destacando-se principalmente a relação e durabilidade dos laços e vivências entre os membros, sendo permeadas pela fragilidade. Assim ter filhos tornou-se para esta sociedade uma decisão passível de análise. O autor aponta que ao ter filhos abdica-se ou se adia outros desejos, novas experiências, apontando que a maternidade ou paternidade significa mudanças em diferentes âmbitos da vida e principalmente em suas questões pessoais, pondo de lado interesses pessoais, voltando-se a outro ser, que dependerá de seus cuidados.

Constata-se assim, a ideia de que a concepção de amor materno é atravessada pelo contexto histórico, social e cultural de cada indivíduo. De modo que a partir do ano de 1770 ocorreu uma mudança no modo de se cuidar dos filhos. As mães passaram a ser incentivadas e responsabilizadas com relação aos cuidados que deveriam prestar aos seus filhos, sendo impelidas a voltarem-se diretamente a eles dirigindo-lhes o seu afeto e amor. As crianças passaram a ser vistas pela sociedade como uma forma de garantir o futuro, no que se refere a criação de recursos humanos para garantir a economia. Assim o amor materno é entendido até

hoje como algo natural, construindo o mito que atravessa gerações, o de que toda mãe ama seu filho naturalmente e imediatamente a partir do momento em que se dão conta de sua existência (BADINTER, 1985).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discutido ao longo do trabalho, é possível perceber que a maternidade durante muito tempo tinha como única função da mulher o papel de ser mãe, esposa e dona de casa. O que se pode observar é que com a evolução do papel feminino na sociedade e essa relação foi modificada. Agora a mulher tem o direito e a opção de querer ou não ser mãe.

Embora muitas mulheres demonstrem satisfação em um filho ou mais, pode-se afirmar que o amor que a mulher sente em relação a maternidade não pode ser determinado como inato ou como instinto. Assim a relação mãe-bebê pode ou não se manifestar, surgindo assim a diferença entre maternidade e maternagem, já que não é algo definido como natural pelo fator biológico da mulher ser mulher e facilitadora da procriação.

Observa-se ainda que existe uma mudança relacionada a interação da família considerada como modelo tradicional, onde o homem era responsável pela condição financeira e a mãe era direcionada a questões de educação e atividades do lar, amar e cuidar dos filhos. Por outro lado, o que se vê hoje em dia no requisito modelo de família, os filhos deixam de ser unicamente uma perpetuação das mães e passam a ser uma escolha.

A mulher passa a ser da sociedade, dona de direitos, desejos, expectativas e escolhas quando o assunto é a maternidade. Dessa forma não se pode afirmar que o amor materno, vinculado a relação mãe e filho necessariamente não exista, mais sim, que o ambiente e o contexto a qual a mulher vivencia esse processo pode influenciar na escolha e na vivência de uma possível gravidez. Assim, o amor existente nesse processo não pode ser considerado inato e sim apontado como uma relação sentimental que pode ser adquirida ao longo da história de vida de cada mulher.

Evidenciando dessa forma, a importância da subjetividade que cada sujeito apresenta, nesse contexto, referente ao que cada mulher possui ao assumir a maternidade, tendo como aspectos suas vivências, seu modo de se relacionar com os outros e com sua família, os seus desejos e expectativas e como ela se enxerga como pessoa. Sendo estes fatores de suma importância para o período gestacional, já que esses processos causam os mais variados tipos de sentimentos, que podem interferir no desenvolvimento do vínculo mãe-bebê.

Logo, a partir da pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho foi possível obter uma observação diante dos trabalhos encontrados, de que a maternidade está envolta a um Mito engendrado por vários discursos, alcançando o objetivo proposto. Um mito que contempla concepções de amor incondicional; maternidade como felicidade feminina suprema; instinto materno e que permeia o imaginário social até a atualidade. Contemplou-se ao longo do trabalho a importância, as dificuldades e implicações da função materna para a mãe. Evidencia a evolução do papel feminino enquanto mulher e mãe. Sendo este processo de vínculo, necessário a constituição do bebê no período de gestação, enquanto sujeito desejante e amado.

A pesquisa apontou que os processos culturais podem sim contribuir para a relação mãe-bebê. Sendo o processo de constituição da função materna suscetível a ser aprimorada gradativamente, considerando-se as condições psicológicas e outros aspectos que envolvem a vida da mulher. Em decorrência disso, são apontados no presente trabalho que o contexto em que a mulher vive antes, durante e depois podem influenciar no exercício da função materna.

Portanto, a partir do que foi exposto neste artigo pode-se afirmar que os objetivos do trabalho foram alcançados. Acerca da função materna, infere-se que é um tema abrangente que envolve, sobretudo, as questões próprias de cada mulher e do seu processo de constituição enquanto sujeito, mulher e mãe. Tive então, a oportunidade de evidenciar neste, a desmistificar a noção de que a gravidez é um processo considerado simples por todas as mulheres, que não pode acarretar estranhamentos, evidenciando a necessidade de dar atenção e suporte a mulher desde a gravidez, a fim de proporcionar o nascimento de bebê e mãe saudáveis, que estabeleçam uma boa relação permeada pelo afeto.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Kátia Rosa; ARRAIS, Alessandra da Rocha. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 19, n. 2, p. 269-276, 2006.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 577-587, 2012.

BAUMAN, Zigmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zorge Zahar Editor, 2004.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 2 ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

FERRARI, Ilka Franco. Acerca do amor e algumas de suas particularidades na psicose. **Arq. bras. psicol.** Rio de Janeiro, v. 61, n. 3, p. 87-96, 2009

GRADVOHL, M. O.; OSIS, M. J. D.; MAKUCH, M. Y. Maternidade e Formas de Maternagem desde a Idade Média à Atualidade. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 55-62, 2014.

GRANT, W. H. A maternidade, o trabalho e a mulher. In: COLOQUIO DO LEPSI IP / FE-USP, 2001, São Paulo. **Proceedings online**. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032001000300008&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 20 de maio. 2019

GRISCI, C. L. I. Mulher - mãe. *Psicologia, ciência e profissão*, Brasília, v. 15, n. 1-3, p. 12-17, 2005

HERNANDEZ, José Augusto Evangelho; OLIVEIRA, Ilka Maria Biasetto de. Os componentes do amor e a satisfação. **Psicologia: Ciência e profissão**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 58-69, 2003.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LO BIANCO, A. C. **A psicologização do feto**. In: FILGUEIRA, S.(Org.) A cultura da psicanálise. São Paulo: Brasiliense, p. 94-115, 1985.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013, p. 7-34.

MINAYO, Maria Cecília De Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

MOREIRA, Renata Leite Cândido de Aguiar. **Maternidades**: os repertórios interpretativos utilizados para descrevê-las. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Uberlândia, 2009.

MOURA, S. M. S. R.; ARAÚJO, M. F. Maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 24, n.1, p. 44-55, 2004.

MOURA, S. M. S. R.; ARAÚJO, M. F. Produção de sentidos sobre a maternidade: uma experiência no programa mãe canguru. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 37-46, 2005.

NASIO, J.D. **O livro da dor e do amor**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

POZZI, C. E. A questão da homoparentalidade no uso das novas Tecnologias Reprodutivas, uma abordagem sócio-jurídica. In: **Sociedade e política em tempos de incerteza**, I Seminário Nacional Sociologia e Política, 2009.

- RESENDE, Deborah Kopke. Maternidade: uma construção histórica e social. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, Minas Gerais, v. 2, n. 4, p. 175-191, 2017.
- ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- RUSSO, Glaucia. Amor e dinheiro: uma relação possível? **Caderno CRH, Salvador**, v.24, n. 61, p. 121-134, 2011.
- RUSSO, Glaucia. Amor e dinheiro: uma relação possível?. **Caderno CRH**, Salvador, v.24, n. 61, p. 121-134, 2011.
- SCAVONE, L. Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero. **Interface: Comunicação. Saúde e Educação**, são Paulo, v. 5, n. 8, p. 47-60, 2001.
- SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos pagu**, n. 16, p. 137-150, 2001.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Ed. 2. São Paulo: Cortez , 2017.
- SHIRAMIZU, Victor Kengi M.; LOPES, Fívia de Araújo. A perspectiva evolucionista sobre relações românticas . **Psicologia USP**, v. 24, n. 1, p. 55-76, 2013.
- TOURINHO, Julia. A mãe perfeita: idealização e realidade. **IGT na Rede**, v. 3, n. 5, 2006.
- WINNICOTT, Donald W. A família e o desenvolvimento individual. **São Paulo: Martins**, 1993.